



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.
Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

NOTAS SOBRE O PENSAMENTO DE ANTÔNIO GRAMSCI NO SERVIÇO SOCIAL

ADILSON AQUINO SILVEIRA JÚNIOR¹
LARISSA RANIELLY LIMA DIAS²
JEFFERSON DE MELO E SILVA³

Resumo: O trabalho apresenta as primeiras aproximações ao objeto de um estudo sobre a assimilação do pensamento de Antônio Gramsci no quadro teórico do Serviço Social brasileiro. A pesquisa pretende determinar a incidência das reflexões desse autor na construção teórica sobre o “significado social” do exercício profissional na produção-reprodução capitalista. Almeja apreender como as formulações gramscianas foram absorvidas por esse aparato teórico e as implicações ideológicas decorrentes. Com caráter eminentemente bibliográfico, o estudo apresenta um diálogo crítico com os mais importantes representantes teóricos do Serviço Social, propondo uma análise de sua apropriação do pensamento de Gramsci para compreender a profissão.

Palavras-chave: Serviço Social; Antônio Gramsci; Cultura; Renovação do Serviço Social.

Abstract: The paper presents the first approximations to the object of a study on the assimilation of Antônio Gramsci's thinking in the theoretical foundations of the Brazilian Social Work. The research aims to determine the incidence of this author's reflections in the theoretical construction on the "social meaning" of professional practice in capitalist production-reproduction. It seeks to understand how the Gramscian formulations were absorbed by this theoretical apparatus and the resulting ideological implications. With an eminently bibliographic character, the study presents a critical dialogue with the most important theoretical representatives of Social Work, proposing an analysis of its appropriation of the Gramsci thought to understand the profession.

Keywords: Social Work; Antônio Gramsci; Culture. Renewal of Social Work.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo apresenta as primeiras aproximações ao objeto de um estudo sobre a assimilação do pensamento do comunista italiano Antônio Gramsci no quadro teórico-crítico do Serviço Social brasileiro. De modo preliminar, pretende determinar a incidência das reflexões desse autor na construção teórica sobre o “significado social” do exercício profissional em suas conexões com a produção-

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <j_r1987@hotmail.com>.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pernambuco.

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pernambuco.

reprodução capitalista. Através disso, almeja apreender o modo pelo qual as formulações gramscianas foram absorvidas por esse aparato teórico-crítico e as implicações político-ideológicas daí decorrentes. Com caráter eminentemente bibliográfico, o estudo pretende travar um diálogo crítico com os/as mais importantes representantes teóricos do Serviço Social, propondo uma análise de sua apropriação do pensamento de Gramsci para compreender a profissão. A proposta de estudo se enquadra, portanto, no plano mais geral das pesquisas na área do Serviço Social que se dedicam a entender a construção e o caráter da *cultura profissional*. Nesse campo, o estudo sobre a dimensão ideológica, os conteúdos “socioculturais” ou as relações de hegemonia que subjazem a intervenção profissional, e/ou as práticas concretas do Estado e das classes sociais no Brasil e no mundo, perpassa consideravelmente alguns dos mais importantes trabalhos existentes⁴.

No ano de 2017, em que se completa 80 anos da morte de Gramsci, acumula-se uma difusão importante de pesquisas sobre os *Cadernos do Cárcere*. Em recente prefácio à edição brasileira do *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*, Álvaro Bianchi apresenta um levantamento realizado por iniciativa da seção brasileira da *Internacional Gramsci Society*. Esse levantamento identificou, apenas entre autores residentes em nosso país, a publicação de 1.214 obras sobre o pensamento de Antônio Gramsci ou nas quais ele aparecia como uma referência importante. Dessas obras, 706 eram livros, capítulos e artigos científicos e 508, teses e dissertações. Mais da metade destas últimas tendo sido produzidas em programas de pós-graduação da área da Educação. Além disso, o Serviço Social, as Ciências Sociais e a Saúde também apareciam concentrando volume importante de pesquisas (BIANCHI, 2017). Numa apreciação mais ampla, realizada em 2015, vimos que a pesquisa *Bibliografia Gramsciana* da Função Gramsci da Itália registrava à época pouco mais de 19.000 títulos sobre Gramsci no mundo, publicados em cerca de 40 idiomas.

⁴ Basta mencionarmos os textos mais conhecidos: Abreu (2008); Ammann (2003); Barroco (2007); Iamamoto e Carvalho (2005); Iamamoto (2004, 2006, 2010); Iamamoto e Carvalho (2005); Faleiros (1981, 1980); Guerra (1995); Martinelli (1989); Mota (2000; 1998); Netto (2005, 2004); Simionatto (1999); Sposati et. al. (2014); Yazbek (1993).

Concomitante a essa difusão, manifesta-se uma *renovação* do campo de investigações sobre a obra carcerária (e mesmo pré-carcerária). Atualmente consolida-se a recorrência à novas ferramentas de estudo desses escritos: o chamado “método de restauração” (BIANCHI, 2008; GERRATANA, 1997), o estudo da evolução do pensamento do autor, a partir da cronologia das notas carcerárias (FRANCIONI, 1984), o mapeamento do “léxico gramsciano” (FROSINI e LIGUORI, 2004; LIGUORI e VOZA, 2017). Ademais, se encontram em progresso as edições relativas à *Edizione nazionale de gli scritti di Antonio Gramsci* na Itália. Elaborada com base nas novas pesquisas filológicas, ela publicará o conjunto dos textos gramscianos e os novos estudos biográficos que se seguiram aos avanços da pesquisa documental. Trata-se de um projeto editorial que pretende garantir a publicação (e/ou republicação mais aperfeiçoada) das obras completas desse autor – seu epistolário integral, escritos pré-carcerários e carcerários.

Alia-se a esses novos instrumentos, a publicação do *Dicionário gramsciano 1926-1937* – resultado dos estudos e debates sobre os *Cadernos do Cárcere* desenvolvidos pela *Internacional Gramsci Society – Itália* (IGS-IT) entre os anos de 2000 e 2006, sob o título de *Seminario sul lessico dei “Quaderni del Carcere”* (ver FROSINI e LIGUORI, 2004). No Brasil, esse movimento também se expressa, implicando recentemente na criação da *International Gramsci Society do Brasil* (IGS/Brasil). Dentre outros tantos desdobramentos desses avanços nos estudos gramscianos, observa-se o crescimento de um diálogo crítico com renomados interpretes (e interpretações) que protagonizaram as pesquisas sobre o pensamento desse autor no país – cujas linhas de apropriação não deixaram de manifestar limitações, hoje objeto de avaliação dos novos estudos.

Essa recente conjuntura coloca também, para os pesquisadores influenciados pelo legado teórico de Gramsci no Serviço Social, a necessidade de construir – agora de posse dessas novas ferramentas analíticas – uma revisão crítica da assimilação das ideias desse autor na construção teórica que fundamenta a análise da natureza dessa profissão no curso (e evolução) da chamada “intenção de ruptura” (NETTO, 2004). Ou seja, implica pensar a apropriação (recepção, filtragem e adaptação) de elementos conceituais e metodológicos de Gramsci na elaboração

do quadro teórico que embasa o estudo do “significado social da profissão na sociedade capitalista”. Um quadro teórico que atualmente cauciona o chamado “Projeto Ético-Político” (ver NETTO, 1996, 2015; BONETTI et. al. 2001; IAMAMOTO, 2006, 2010). Essa revisão crítica apenas torna-se viável nos últimos anos, devido ao avanço dos estudos gramscianos no bojo da nova fase de divulgação dos escritos do autor, com seu aparato crítico aperfeiçoado e aprofundado – tanto em termos das descobertas filológicas (mais ou menos recentes), quanto do refinamento dos métodos de estudos dos *Cadernos do Cárcere* delas decorrentes, quanto, inclusive, do acesso a textos então inéditos, mesmo na Itália, e ao mapeamento do léxico gramsciano.

2. AS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL AO PENSAMENTO DE GRAMSCI

Nossa pesquisa, portanto, se debruça sobre a assimilação de Gramsci no quadro teórico do Serviço Social brasileiro legatário da “intenção de ruptura” (NETTO, 2004)⁵. Mas não se trata de uma análise extensiva da assimilação do pensamento de Gramsci em pesquisas do Serviço Social que necessariamente se assumem vinculadas aos aportes gramscianos, como o fez Simionatto (1999). Nem de examinar amplamente a produção teórica recente do Serviço Social brasileiro que se fundamenta nesse pensador, como o fizeram Negri (2016) e Simionatto e Negri (2017). Diferentemente, visamos estudar a absorção das formulações teórico-metodológicas de Gramsci *na elaboração teórica do Serviço Social que fundamentou a análise do “significado social” da profissão a partir da “intenção de ruptura”*. Queremos rastrear e analisar a contribuição de Gramsci para a construção do aparato teórico-crítico a partir do qual a renovação do Serviço Social brasileiro forjou sua interpretação da profissão na produção-reprodução das relações sociais. Buscamos identificar o papel que as ideias associadas à Gramsci possuíram (e

⁵ Assimilação que ganhou grande difusão inicial, por exemplo, através do importante texto de Marilda Iamamoto, *Legitimidade e Crise no Serviço Social* (IAMAMOTO, 2004; NETTO, 2004). Não sendo, nem o pioneiro, nem o mais sistemático, na assimilação de Gramsci para pensar o Serviço Social, esse texto certamente forneceu grande impulso para consolidar Gramsci como um interlocutor desse quadro teórico. Em sua importante pesquisa Simionatto (1999, p. 184) diz que esse ensaio de Iamamoto [...] centra-se nas fontes originais do pensamento de Marx, com algumas recorrências à Gramsci de ‘Americanismo e Fordismo’ e, mais especificamente, à questão dos intelectuais”.

possuem) para a construção de uma *cultura profissional determinada* no Serviço Social – especialmente na sua elaboração teórica sistemática, mas também com seus impactos no modo de pensar do corpo profissional em geral. Assim, nossa pesquisa centra-se, não exclusivamente na interpretação (ou nas *leituras*) de Gramsci na área de conhecimento do Serviço Social, mas em identificar as modalidades de apropriação (os *usos*) do seu pensamento pelos/as autores/as que colaboraram (e colaboram) na construção dos fundamentos da análise da profissão.

O acúmulo teórico-crítico do Serviço Social brasileiro tem sua gênese no próprio “processo de renovação” (NETTO, 2004) pelo qual passa a profissão nos bojo do ciclo autocrático e sua crise. Netto (2004) delimita como “renovação do Serviço Social” o conjunto de características novas que a profissão articulou no marco das constrictões da autocracia burguesa, a partir do rearranjo de suas tradições teóricas e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo. A articulação dessas novas características ocorreu na medida em que o Serviço Social procurou investir-se como instituição de natureza profissional dotada de dois vetores: de *legitimação prática*, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização; e de *validação teórica*, mediante a remissão às teorias das disciplinas sociais. As tendências renovadoras que se desdobraram e manifestaram após 1960 já foram objeto de análise por parte de Netto (2004) – isso, fundamentalmente do ponto de vista da *validação teórica*.⁶ Em nosso caso, interessa abordar as características do quadro de *validação teórica* (com suas decorrentes implicações ideopolíticas) elaborado pela vertente renovadora identificada como de “intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional” – da qual os atuais fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão são legatários. Em específico, trata-se de problematizar a recepção e absorção do pensamento de Gramsci nessa vertente, na construção do quadro analítico e categorial que cauciona a análise macroscópica do “significado social” do Serviço Social. Quadro analítico e categorial que participa, por sua vez, da formação da

⁶ Outros trabalhos também investiram em estudos (e avaliação) dessas tendências, como é o caso de Abreu (2008).

cultura profissional hoje⁷ – influenciando, assim, no modo como se *configura* esse campo da cultura.

Um estudo exploratório da bibliografia do Serviço Social que forneceu insumos para o quadro teórico-crítico nos leva a supor que a incorporação das ideias de Gramsci pelas mais importantes teorizações vinculadas à “intenção de ruptura” não passou sem certas vicissitudes – algo, ademais, que não foi exclusivo da área do Serviço Social. Preliminarmente, isso nos é indicado, de modo explícito, por essa mesma literatura, quando se põe a fazer o diálogo crítico interno. Pense-se, por exemplo, em como a pesquisa de Simionatto (1999) aponta para as primeiras problemáticas da recepção de Gramsci no Serviço Social, relacionadas a uma aproximação inicial sem estudos sistemáticos da obra, com a recorrência a fontes secundárias, e mesmo com certa instrumentalização das ideias do autor dos *Cadernos do Cárcere*.⁸ Ademais, o trabalho de Simionatto (1999) alerta para uma leitura de Gramsci marcada pela tematização bastante simplificada de suas categorias, segmentando-as e isolando-as em face das suas articulações necessárias – uma leitura, portanto, fragmentária. A autora critica, por exemplo, o caráter simplista e redutor adotado, segundo sua visão, nas reflexões sobre o papel do intelectual orgânico nos textos por ela analisados.

Outro balanço crítico onde ficaram manifestas visões destoantes sobre o uso apropriado de Gramsci para iluminar questões teóricas relacionadas aos

⁷ Precisamos nuançar que esse quadro de elaboração teórica apenas *participa, influi, disputa a direção* de uma cultura profissional que é resultado complexo, contraditório e dinâmico de uma miríade de determinações socioeconômicas, políticas e ideológicas – portanto, qualquer estudo sobre essa *parte* da *cultura profissional* apenas torna-se viável e fecundo quando a apreende na dialética das “relações de forças” (GRAMSCI, 2011) concretas e historicamente determinadas nas quais se inscreve. A própria *cultura profissional*, em si, não consiste num campo homogêneo; ela se constitui da síntese dinâmica de elaborações intelectuais sistemáticas; de sistematizações que traduzem essas elaborações para um público profissional mais amplo; da apropriação compósita e heteróclita dessa direção intelectual numa espécie de “senso comum” profissional, etc. – aqui, inspiramo-nos nas indicações de Gramsci (2011) para pensar a formação da cultura, com seus níveis de sistematicidade.

⁸ Veja-se, por exemplo, o depoimento que Simionatto (1999, p. 193) recolhe de Miriam Limoeiro Cardoso: “Não havia, portanto, nesses cursos [desenvolvidos nos primeiros mestrados em Serviço Social], um estudo específico nem sobre Marx nem mesmo sobre Gramsci. Certamente, ‘o conhecimento do pensamento gramsciano ocorreu, inicialmente, pelas indicações do próprio Althusser, que subsidiava, na época, as discussões oriundas do Movimento de Reconceituação. Não se verificou, neste período, um estudo da fonte marxiana para posteriormente chegar-se ao pensamento de Gramsci. A grande inquietação do movimento passava pela necessidade de buscar aportes teóricos para pensar a profissão’ (Cardoso, M. L., 1991)”.

fundamentos do Serviço Social, diz respeito ao trabalho de Iamamoto (2010). Em parte desse livro, a autora se propõe a travar um debate com as teses da produção teórica brasileira relativa aos fundamentos do trabalho do/a assistente social vinculada ao legado crítico da “intenção de ruptura”. Na apreciação da chamada “tese da função pedagógica do assistente social” – forjada por Marina Maciel Abreu, com explícita recorrência ao pensamento de Gramsci – as posições divergentes se mostram, por exemplo, nos limites que Iamamoto (2010) encontra no estudo de Abreu (2008) quando esta levanta a tese de que o/a assistente social emerge na sociedade capitalista como um “intelectual profissional de tipo tradicional”.

Para Iamamoto (2010), a leitura de Abreu (2008) apresenta fragilidades do ponto de vista na análise da *particularidade histórica* brasileira para sustentar seu argumento. Uma apreciação do/a assistente social como “intelectual profissional de tipo tradicional” requer, mostra Iamamoto (2010), acionar esses elementos históricos dos quais o texto de Abreu (2008) está carente, ou seja: “[...] requer uma análise histórica da formação social e econômica do país e dos interesses que movem o seu desenvolvimento, das relações entre Estado e sociedade e, em particular, das conexões entre Igreja e Estado [...]” (IAMAMOTO, 2010, p. 320). E uma análise que assim proceda – diz Iamamoto (2010, p. 321-322) – teria como derivação necessária o fato de que a institucionalização e desenvolvimento da profissão apontariam para a “[...] vinculação progressiva e orgânica desse intelectual aos interesses burgueses em seus distintos matizes, ainda que tensionada, a partir da década de 60, pelas refrações das lutas e interesses das classes subalternas nesse circuito profissional”. E isso levaria a recusar a identificação estrita do/a assistente social como “intelectual profissional de tipo tradicional”, como o faz Abreu (2008).

Por outro lado, Iamamoto (2010) rejeita a derivação necessária do princípio educativo subjacente à “pedagogia emancipatória”, afiançada por Abreu (2008) como parâmetro para um projeto profissional de novo tipo. Isso porque, conforme Iamamoto (2010), a argumentação resvalaria para a defesa atual do/a assistente social como um/a “intelectual orgânico” vinculado a um projeto de classe revolucionário de vocação socialista. Arremata Iamamoto (2010, p. 323): “Essa perspectiva re-atualiza o debate oriundo dos anos 80, que torna fluidos os limites

entre profissão e militância política revolucionária na defesa da sociedade socialista, porque equaliza inserções e dimensões diferenciadas vividas pelo assistente social, enquanto profissional assalariado e enquanto cidadão político”. Em suma, lamamoto (2010) está alertando para a possível reatualização de uma visão politicista nos fundamentos do Serviço Social, decorrente de uma assimilação pretensamente distorcida do debate gramsciano sobre os intelectuais orgânicos e tradicionais.⁹

Cabe acrescentar que essa crítica de lamamoto (2010) pode ser aplicada, em parte, inclusive para seus próprios trabalhos anteriores, destacadamente para o livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, elaborado em parceria com Raul de Carvalho. Nesse texto fundamental para o Serviço Social, os autores alegam que, no desempenho de sua função intelectual, o/a assistente social, dependendo da sua ação política, pode configurar-se como mediador/a dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes, em confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional. Acrescentam lamamoto e Carvalho (2005, p. 95): “Pode tornar-se [o/a assistente social] intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes; pode orientar a sua atuação reforçando a legitimação da situação vigente ou reforçando um projeto político alternativo [...]”. Aqui, lamamoto parece incorrer numa falta, na assimilação da noção de intelectual em Gramsci, que ela mesma censura, anos depois, na “tese da função pedagógica do assistente social” levantada por Abreu (2008). Censura que ocorre – pelo que podemos perceber nesse estudo exploratório ainda inicial – sem uma aberta autocrítica, por parte da autora, de seus próprios trabalhos iniciais.

Soma-se a dificuldades como essas o fato de que o estudo dos escritos de Gramsci pelos mais importantes intelectuais que forjaram o quadro teórico-crítico do Serviço Social parece ter se dado (quando não contaram apenas com fontes secundárias, de interpretes), não pelo acesso à “Edição crítica” de Valentino Gerratana (mais completa, publicada em 1975 na Itália), mas pelo uso das

⁹ Do mesmo modo, lamamoto (2010, p. 295) encontra problemas na utilização de Gramsci por parte de Vicente de Paula Faleiros, na polêmica com sua “tese das relações de forças”. A autora explicita uma incorporação seletiva do pensamento gramsciano em Faleiros, desarticulando construções categoriais profundamente imbricadas.

chamadas "Edições Temáticas" dos *Cadernos do Cárcere*, na tradução incompleta feita no Brasil nos anos 1960 (e reeditada nos anos 1970).¹⁰ Ao longo dos anos, acumulou-se um conjunto de reservas críticas em torno da "Edição temática", preparada por Palmiro Togliatti entre finais de 1940 e início de 1950. Estudiosos da obra carcerária alertam para algumas das suas problemáticas principais: essa edição induzia o leitor a considerar o texto como um todo plenamente acabado e coerente – quando, efetivamente, caracteriza-se por sua natureza fragmentária e inconclusa; colaborava para uma imagem de Gramsci como um crítico da cultura e teórico das superestruturas, esmorecendo a sua incisiva crítica da política; impunha uma chave de leitura stalinizada e fortemente marcada pela então política do PCI (BIANCHI, 2008; COUTINHO, 1992; FRANCONI, 1984; GERRATANA, 1981).

É bastante comum a literatura que discute a difusão das ideias de Gramsci apontar para o reducionismo e simplificação pelos quais passaram seus conceitos nesse processo, denunciando um recorrente procedimento de deslocá-los do denso contexto categorial, do caráter fragmentário e inconcluso das reflexões em que se inserem (BIANCHI, 2008; FRANCONI, 1984; GERRATANA, 1981). Além da instrumentalização pelas quais comumente foram objeto seus conceitos, muitas vezes isolados em áreas estanques do circuito acadêmico, outras vezes utilizados para a sustentação de projetos políticos dos mais diferentes matizes – desde o reformismo socialdemocrata até a defesa do espontaneísmo. Algumas dessas "leituras" usualmente levaram a uma diluição da natureza política do seu pensamento – seja na interpretação que se fez de Gramsci enquanto um estrito "teórico das superestruturas", ou um "crítico da cultura", seja na hipostasiação das suas elaborações em face do movimento comunista revolucionário, ao qual esteve vinculado (DIAS, 1996; PORTANTIERO, 1987).

Na explicação desses vieses interpretativos, na análise dessa *recepção* da obra no mundo (e, em especial, na América Latina), se recorre a uma miríade de

¹⁰ Queremos registrar, nesse ponto, que essas limitações também são de ordem objetiva, não dependendo da vontade dos sujeitos que pesquisavam, nem de sua competência intelectual. A Edição crítica de Valentino Gerratana sai em 1975, na Itália, e o acesso e apropriação imediata dela não podem ser cobrados dos/as pesquisadores/as brasileiros/as do Serviço Social que, na mesma época, estavam formulando seus estudos e sistematizações – e contavam, para isso, quase que exclusivamente com as Edições temáticas.

condicionantes, quase sempre de natureza política: a difusão seletiva e temática dos escritos de Gramsci conduzida pelos dirigentes do PCI (e de alguns outros PC's), na tentativa de tornar público esses textos ao mesmo tempo em que se tentava equalizá-los com a visão teórico-política stalinista; com a crise dessa experiência de transição (e a reviravolta provocada na política do próprio PCI, por exemplo), também a instrumentalização do pensamento de Gramsci para o eurocomunismo, para a defesa das estratégias balizadas pela conquista gradual do consenso, da democratização e socialização da política; na realidade latino-americana, onde o estudo de Gramsci ganha consistência justo nas crises das ditaduras, ganha ímpeto a sua absorção como um teórico da democratização da "sociedade civil", em confronto com os Estados "autoritários", etc. Esses são elementos de determinação que nosso quadro de análise histórico-política irá recorrer para apreender as condicionantes mais significativas que informam a modalidade de assimilação de Gramsci no próprio Serviço Social. Campo profissional no qual concorrem, para uma determinada modalidade de assimilação de Gramsci, não apenas essas condicionantes amplas, mas algumas intrínsecas à trajetória política, teórica e ideológica que lhes são específicas (detalharemos alguns desses elementos particulares no item das *aproximações metodológicas*).

Um estudo exploratório das mais significativas construções teóricas do Serviço Social vinculadas à "intenção de ruptura"¹¹ nos permitiu verificar que as elaborações de Gramsci foram apropriadas pelo quadro teórico-crítico profissional, formulado após finais de 1970, em três dos seus eixos principais: 1) *na análise da natureza do Estado e das políticas sociais (ou serviços sociais)* – onde se recorre à Gramsci (ou à gramscianos) para pontuar a "natureza contraditória" da esfera estatal, então colocada numa concepção "ampliada", e, portanto, passível de absorver as necessidades de reprodução da classe trabalhadora, através das políticas sociais;¹²

¹¹ De modo desigual, os três eixos apresentados nesse parágrafo aparecem nas publicações selecionadas para a análise, citadas no item das aproximações metodológicas. Advertimos para o fato de que se trata apenas de uma análise aproximativa, que certamente será concretizada (e mesmo corrigida) no curso da pesquisa. A indicação da literatura aí mencionada, de forma geral e homogênea, não ignora as suas diferenças internas, seus choques de posição e interpretação da obra de Gramsci (ou de problematizações que recolhem da tradição de interpretes desse autor).

¹² Podemos exemplificar essa operação – ainda que precisemos desenvolver a pesquisa para concretizar essa hipótese – nessa passagem de Yamamoto (2000, p. 23): "[...] a constituição e institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade, ao contrário de uma progressiva

2) *na identificação do caráter desse agente profissional assalariado*, ou seja, na determinação da sua inserção específica no circuito da produção-reprodução social – eixo no qual recorrentemente afirma-se a validade da concepção gramsciana de “intelectual” (“orgânico” ou “tradicional”, dependendo do autor) para discernir a função do/a assistente social;¹³ e, por consequência, 3) *na interpretação sobre o papel (ou funcionalidade) do Serviço Social na reprodução social*, os resultados qualitativos de sua intervenção, os produtos de sua atuação profissional – nessa linha, a literatura tem associado os efeitos qualitativos dessa intervenção àqueles próprios dos “intelectuais” (“orgânicos” ou “tradicionais”, conforme o caso), diga-se, através de suas consequências “diretivas”, “pedagógicas”, “hegemônicas”, “coesivas”, dentre outros.¹⁴

A partir desse rastreamento inicial, colocamos como hipótese (preliminar e aproximativa) que os vieses detectados nessa assimilação (e recepção) de Gramsci ajudaram a moldar idealmente uma *cultura profissional crítica*, amalgamada por vieses reformistas (possibilistas) e politicistas (messiânicos) no seu lastro teórico.¹⁵ Desse modo, nossa pesquisa contribui também para analisar como as possíveis vicissitudes da assimilação de Gramsci nessa construção teórica do Serviço Social podem ter confluído (ou estar confluindo) para o desenvolvimento de uma *cultura profissional*, ainda que crítica e anticapitalista, amalgamada por traços militantistas e possibilistas. Colocamos como problema de pesquisa essa assimilação de Gramsci no Serviço Social, seus impactos para a construção da *cultura profissional*. Em específico, nos perguntamos sobre a influência que esses “usos” de Gramsci no Serviço Social possuem para a conformação de traços reformistas e politicistas no

ação do Estado na regulação da vida social, quando passa a administrar e gerir o conflito de classes, o que pressupõe, na sociedade brasileira, a relação capital/trabalho constituída por meio do processo de industrialização e urbanização. *É quando o Estado se “amplia”, nos termos de Gramsci passando a tratar a questão social não só pela coerção mas buscando um consenso na sociedade, que são criadas as bases históricas da nossa demanda profissional.*”

¹³ Acerca desse ponto, já tivemos a oportunidade de indicar acima, ligeiramente, o que aparece em Abreu (2008) e Iamamoto (2010, 2005). Mas também é levantado, de modo tácito ou subjacente, em várias outras produções importantes do Serviço Social, das quais cabe fazer rápida menção, sem pretensão de um levantamento exaustivo e integral: Ammann (2003), Carvalho (1983), Mota (1998), Simionatto (1999).

¹⁴ Como esse terceiro eixo constitui um desdobramento lógico-categorial do segundo, podemos repetir aqui, como universo da elaboração teórica onde ele se manifesta, a mesma bibliografia citada na nota anterior.

¹⁵ Em parte, a própria pesquisa de Simionatto (1999) chama atenção para isso. Assim como a crítica de Iamamoto (2010) a algumas ideias de Marina Maciel Abreu (2008).

quadro teórico-crítico profissional da "intenção de ruptura". Assim como os determinantes sociais, políticos e profissionais que condicionaram (e condicionam) esse modo particular de apropriação do pensamento de Gramsci pelo Serviço Social. Em última instância, nos move o problema da *formação da cultura profissional crítica*; em específico, esse projeto visa colaborar com os estudos sobre a composição teórico-intelectual dessa cultura profissional, que configura o quadro da validação teórica do Serviço Social na "intenção de ruptura".

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.

Esse estudo sobre a incidência, assimilação e adaptação das ideias de Gramsci no Serviço Social se debruça – utilizando como matéria-prima as elaborações teórico-conceituais provenientes do estudo daqueles três eixos – sobre uma tripla dimensão desses "usos" de Gramsci: 1º) um aspecto mais estritamente formal, ou seja, o método de estudo do pensamento gramsciano subjacente à pesquisa/assimilação que os autores do Serviço Social desenvolvem na sua recorrência ao mesmo – aqui, além do critério sobre o uso de fontes indiretas ou originais, cabe perquirir sobre a remissão a edições específicas da obra (mais ou menos problemáticas), a adoção (ou não) da noção acerca do caráter fragmentário e inconcluso da reflexão gramsciana, a utilização (ou não) do método de restauração do léxico gramsciano, dentre outros; 2) um aspecto relacionado às balizas metodológicas, isto é, a apropriação (ou não) dos fundamentos teórico-metodológicos com os quais Gramsci labora – aqui, trata-se da perspectiva de totalidade para a determinação do conteúdo teórico e histórico das suas categorias, comumente fixada pela noção de bloco-histórico nos *Cadernos do Cárcere*; e 3) um aspecto mais teórico-conceitual, a interpretação fornecida às categorias gramscianas que foram absorvidas nas análises dos três eixos antes referidos – aqui, além do mapeamento das categorias de Gramsci mais utilizadas, avaliaremos sua interpretação e apropriação no quadro teórico sobre o "significado social" da profissão na sociedade capitalista. Para o avanço das investigações, cabe indicar três momentos de abstração necessários para a reprodução desse objeto, que serão operados na continuidade da pesquisa. Eles demandam enveredar pelos:

- 1) Os condicionantes históricos e políticos da difusão (e recepção) dos primeiros estudos gramscianos, da própria obra desse autor e de suas vicissitudes editoriais e interpretativas no mundo e, particularmente, no Brasil. Isso exige apreender as determinações políticas que conformaram a modalidade de apropriação específica dessa obra pelo Serviço Social na conjuntura brasileira dos anos 1970-1990. Aqui, o pressuposto é uma forte ponderação dos fatores político-sociais (com ênfase na *particularidade* da chamada "transição democrática" aberta com a crise do ciclo ditatorial) na determinação do tipo de assimilação que essa obra sofreu pelo Serviço Social no país (assim como por outras áreas das ciências sociais e humanas, e por movimentos políticos e sociais). No caso do estágio do desenvolvimento profissional, isso significa nuançar as mudanças no lastro ideal e político que o Serviço Social operou internamente, em interação com essa conjuntura específica, e que impulsionaram, com intensidade especial, a absorção de algumas problematizações e ideias gramscianas. Ressaltamos, de outro lado, que a ponderação desses fatores político-sociais, no caso do Serviço Social, apenas ganha relevo e densidade considerando-se a própria *base da profissionalidade* desse tipo de trabalho assalariado, inscrito na divisão social (e técnica) do trabalho. Pretendemos, assim, explorar a hipótese de Netto (2005) acerca de como o *sincretismo* inscrito na base da profissionalidade do Serviço Social tende a implicar na construção de lastros ideais, e de validação teórica, marcados pelo ecletismo, o que pode ter ocorrido, inclusive com a recepção do pensamento gramsciano.
- 2) As principais problematizações e elementos categorias gramscianos absorvidos no quadro teórico-crítico do Serviço Social brasileiro no estágio da "intenção de ruptura", analisando as modalidades dessa assimilação e como ela operou articulações (sincreticas ou não) com problemas e fundamentos conceituais de outros interlocutores da tradição marxista, das correntes socialdemocratas e mesmo liberais. Esse momento analítico é mais propriamente teórico-metodológico, dedicando-se às questões de filtragem, adaptação e transplantação de formulações conceituais para a elaboração ideal do Serviço Social. Aproveitará, portanto, o acúmulo teórico disponível

dos estudos gramscianos sobre as categorias do autor dos *Cadernos do Cárcere*, além de contar com o nosso esforço próprio de interpretação dessa obra, para poder estabelecer uma base madura para a avaliação da recepção e assimilação de Gramsci no Serviço Social.

- 3) As implicações ideológicas (e políticas) para a cultura profissional dos “usos” (específicos e socialmente determinados) de Gramsci que o quadro teórico-crítico do Serviço Social brasileiro realizou entre 1970-2000. Esse estágio analítico fornece os insumos para o *estudo da formação da cultura profissional crítica*, em específico sua dimensão político-pedagógica (portanto, como parte das relações de hegemonia entre as classes). Aqui, nos cabe perquirir como determinadas articulações teóricas, filtradas e absorvidas para o quadro teórico do Serviço Social brasileiro, constituem-se em *ideologias orgânicas desse grupo profissional específico*, ou seja, cooperam para dirigir o horizonte intelectual e moral do corpo profissional de acordo com os interesses de supremacia colidentes das classes em luta na sociedade. Nesse ponto, apresenta-se a fronteira (linha de transição e, portanto, o limite) da pesquisa ora proposta, posto que seu aprofundamento requer uma pesquisa que translade o campo da *validação teórica* e aborde os outros planos da *cultura profissional*.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a Organização da Cultura**: perfis Pedagógicos da Prática Profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história, política. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. Prefácio. In: LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 5-7.

BONETTI, Dilséa Aldeodata et. al. (Org.). **Serviço Social e ética**: convite a uma nova práxis. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CARVALHO, Alba Pinho. **A questão da transformação e o trabalho social**. São Paulo: Cortez 1983.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DIAS, Edmundo Fernandes et. al. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. **Metodologia e Ideologia do trabalho Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

FRANCIONI, Gianni. **L'Officina gramsciana: ipotesi sulla struttura dei "Quaderni del carcere"**. Nápoles: Bibliopolis, 1984.

FROSINI, Fabio; LIGUORI, Guido. **Le parole di Gramsci: per un lessico dei Quaderni del carcere**. Carocci: Roma, 2004.

GERRATANA, Valentino. **Gramsci: problemi di método**. Roma: Riuniti, 1997.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce**. 5. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1989.

MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Cultura da crise e seguridade social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NEGRI, Fabiana Luiza. **O pensamento de Antonio Gramsci na produção teórica do Serviço Social brasileiro**. 2016. 245 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

PAULO NETTO, José. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro. **Intervenção Social**, Lisboa, n. 42-45, p. 299-242, 2013.

PORTANTIERO, Juan Carlos. **Los usos de Gramsci**. México: Plaza y Valdés, 1987.

SIMIONATO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1999.

SIMIONATO, Ivete; NEGRI, Fabiana. Gramsci e a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 13-21, abr. 2017.

SPOSATI, Aldaíza et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo, Cortez, 1993.